



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

ELIZANGELA SOUSA SILVA FERREIRA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Expectativa e
realidade em uma escola pública estadual do município de
Cuité

Cuité, PB

2017

Elizangela Sousa Silva Ferreira

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Expectativa e realidade em uma escola pública estadual do município de Cuité.

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária.

ORIENTADORA: Prof. Dra. Letícia Caporlândia Giesta

Cuité-PB
2017

UFMG/BIBLIOTECA



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

F383e Ferreira, Elizangela Sousa Silva.

Educação de jovens e adultos: Expectativa e realidade em uma escola pública estadual do município de Cuité. / Elizangela Sousa Silva Ferreira. – Cuité: CES, 2017.

47 fl.

Monografia (Especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária no semiárido paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2017.

Orientadora: Dra. Letícia Caporlingua Giesta.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Princípios da educação nacional. 3. Ações de ensino. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCEG

CDU 374.7

Elizangela Sousa Silva Ferreira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária.

ORIENTADORA: Prof. Dra. Leticia Caporlíngua Giesta

Aprovado em ___/___/___

Prof.^a Dra. Leticia Caporlíngua Giesta (Orientadora)

UFCG/CES

Prof.^a Dra. Claudia Patrícia Fernandes dos Santos (Titular - Interno)

UFCG/CES

Prof.^a Dra. Michele Gomes Santos (Titular - Interno)

UFCG/CES

Cuité-PB

2017

UFCG/BIBLIOTECA

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as minhas conquistas.

À minha grande família por todo o essencial apoio ao longo de minha Especialização, em especial ao meu marido por toda a sua dedicação e esforços para garantir meu crescimento pessoal.

À minha filha Lívia, pela compreensão por todo o tempo em que estive ausente em virtude das minhas atividades acadêmicas.

À minha professora e orientadora Dra. Letícia Caporlândia Giesta, pelo incentivo e por suas valiosas contribuições para a elaboração deste trabalho.

Às professoras Dra. Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos e Dra. Michele Gomes Santos, pela disponibilidade em participar de minha banca examinadora.

Aos amigos da Especialização Jaldir, Vanessa, Ivanielma e os demais colegas pelo companheirismo.

A todos, que torceram por mim e que, de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

À minha família e, em especial, a
minha filha Lívia e meu marido David
Denner.

[UFCCG/BIBLIOTECA]

"Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre".

Paulo Freire

RESUMO

Baseado nos princípios para a educação, postos pela legislação nacional, primariamente pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, aos quais se referem a qualificação para o trabalho, preparo para o exercício da cidadania, bem como o desenvolvimento pleno do educando, a presente pesquisa objetivou analisar a distância que se põe entre as finalidades esperadas para a educação básica nacional e a realidade no ensino da EJA na Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos, no município de Cuité-PB. Para tanto, esta investigação se apoiou em um estudo qualitativo de caráter descritivo, baseada no método de análise de conteúdo. Para o levantamento de dados, foram elaboradas, além de um questionário destinado aos professores da EJA da área de estudo desta pesquisa, quatro temas a serem analisados, sendo eles: 1- Exercício da cidadania, 2- Identidade pessoal do aluno, 3- Qualificação para o trabalho e 4- Formação plena do aluno, as quais serviram de base para o exame do referido questionário. Ao final da investigação, revelou-se que, embora os princípios da educação, anteriormente mencionados, sejam levados em consideração pelos professores no desenvolvimento de suas ações de ensino, existem vários entraves que dificultam o êxito desta tarefa.

Palavras Chave: Educação de Jovens e Adultos, Princípios da Educação Nacional, Ações de Ensino.

ABSTRACT

Based on the principles for education, set by national legislation, primarily by the Federal Constitution of 1988 and reinforced by the Law of Guidelines and Bases of National Education of 1996, which refer to the qualification for work, preparation for the exercise of citizenship, and Such as the full development of the learner, the present research aimed to analyze the distance that is put between the expected purposes for the national basic education and the reality in the teaching of the EJA at the Orlando Venâncio dos Santos State High School in the municipality of Cuité-PB . To do so, this research was based on a qualitative study of descriptive character, based on the method of content analysis. In order to collect data, a questionnaire for EJA teachers in the area of study of this research was elaborated, four subjects to be analyzed, being: 1- Exercise of citizenship, 2- Personal identity of the student, 3- Qualification For the work and 4 - Full training of the student, which served as basis for the examination of said questionnaire. At the end of the research, it turned out that although the above-mentioned principles of education are taken into account by teachers in the development of their teaching actions, there are several obstacles that hamper the success of this task.

KEYWORDS: Education of Youth and Adults, Principles of national education, Teaching Actions.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------------------|-------|----|
| FIGURA 1 – QUESTÃO 1 | | 30 |
| FIGURA 2 – QUESTÃO 2 | | 32 |
| FIGURA 3 – QUESTÃO 3 | | 33 |
| FIGURA 4 – QUESTÃO 4 | | 35 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| EJA: | Educação de Jovens e Adultos |
| LDB: | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| PPP: | Projeto Político-Pedagógico |
| ECOSOL: | Economia Solidária |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)..... | 15 |
| 2.2 PÚBLICO DA EJA..... | 16 |
| 2.3 PERFIL DOS PROFESSORES DA EJA..... | 17 |
| 2.4 EJA EM DOCUMENTOS OFICIAIS..... | 19 |
| 2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EJA..... | 22 |
| 3 METODOLOGIA | 26 |
| 3.1 TIPO DE INVESTIGAÇÃO..... | 26 |
| 3.2 UNIVERSO E AMOSTRAGEM..... | 26 |
| 3.3 ÁREA DE ESTUDO..... | 27 |
| 3.4 ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 28 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 30 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 42 |
| REFERÊNCIAS | 43 |
| ANEXO A | 46 |

1 INTRODUÇÃO

Diversas situações interferem na vida escolar do ser humano, sejam elas sociais ou pessoais, causando um retardo do estudo ou idades educacionais. São barreiras ou empecilhos que os afastam do ambiente escolar, e o seu afastamento parece ser a única alternativa. Problemas sociais que deixam o jovem sem o que lhe é de direito que é uma educação escolarizada, garantida desde as series iniciais. Na verdade, os direitos fundamentais que aparecem como um privilégio para determinados grupos sociais são desconhecidos para a maioria da população a qual na maior parte das vezes se vê marcada por relações sociais injustas. Esses jovens muitas vezes têm que trabalhar para sustentar a família, e até mesmo sair de suas cidades pra outras em busca de empregos, são jovens adolescentes que engravidam e param de estudar, são jovens que não tiveram oportunidades, que vivem no mundo desigual e injusto. Porém, nos dias atuais, os estudos ou aquisição de conhecimentos científicos tornam-se necessários quando há uma expectativa de mudança de estado social e pessoal.

Vivemos numa sociedade de muitas desigualdades sociais, políticas e econômicas, a educação é a única fonte que pode oferecer alternativas para uma saída satisfatória da sociedade que vive a mercê de falta de oportunidades, uma população submetida ao preconceito e à exclusão social. Para tal situação foi implantada a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino educativa oferecida como forma de aceleração na aprendizagem, que busca resgatar as pessoas que não puderam frequentar a escola na idade própria.

As primeiras iniciativas com relação a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiram a partir da década de 30 quando o ensino público se torna direito de todos, mas foi nas últimas décadas do século XX que a Educação de Jovens e Adultos veio ganhando destaque no contexto educacional brasileiro. Com a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), em 1996, a EJA passou a ser considerada uma modalidade da educação básica, exigindo uma educação diferenciada e mais contextualizada.

Com um público tão diferenciado como o da EJA as mudanças fizeram-se necessárias. Atendendo jovens e adultos que não concluíram o ensino na

idade certa e também aqueles que não tiveram acesso ao ensino regular. São jovens que abandonaram a escola por motivos diversos e voltam anos depois em busca de uma oportunidade de concluir o ensino médio e conseguir uma melhoria de vida através de um bom emprego e se qualificar para o mercado de trabalho.

Sendo assim, essa modalidade de ensino vem trazendo discussões cada vez mais significativas de como oferecer uma educação de qualidade que promova a construção da tão almejada cidadania, qualificação para o trabalho, o aprendizado, valorizando a cultura desses sujeitos e que os incluam efetivamente na sociedade. Uma dessas discussões é com relação ao preparo do docente que vem atuando nessa modalidade de ensino.

Educação e trabalho são direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal, reconhecidos pelo Estado com intuito de proteger e proporcionar a qualidade e tratamento fraterno da sociedade. É preciso, portanto, que se efetive a prática pedagógica, acionando uma política voltada, exclusivamente, para a formação democrática, cidadã e libertadora.

Considerando que se a grande maioria dos jovens e adultos retorna aos bancos das salas de aula objetivando uma formação escolar que lhes possibilite um posicionamento mais qualificado, em termos de empregabilidade e salário, é lógico, ou mais racional, que a grade curricular da EJA se adéque a esse propósito. É pensando nesse público e no que diz a legislação, que a prática pedagógica tem sua importância para educação desses jovens e adultos. Levando em consideração as necessidades destes alunos que retomam seus estudos, além das demandas escolares consideradas mais relevantes, os docentes procurariam levar com clareza a diversidade dos estudantes, as contribuições de suas vivências e suas histórias, a fim de contribuir, significativamente, na formação socio-cultural destas pessoas. Os conceitos seriam abordados visando o êxito destes alunos.

Nesta perspectiva, o cumprimento dos objetivos da EJA torna-se uma ação importante para a Educação deste público. É importante que os profissionais que trabalhem com o ensino da EJA tenham conhecimento das diretrizes que norteiam essa modalidade, como também sejam preparados para atender esse público.

Tendo em vista este contexto, o presente estudo teve como objetivo geral verificar, com base nas orientações contidas na legislação nacional para EJA, se as ações pedagógicas na escola participante desta investigação, são desenvolvidas visando o alcance dos objetivos propostos para essa modalidade de ensino. Para tanto, foram considerados os seguintes objetivos específico:

- Analisar a legislação nacional para a Educação de Jovens e Adultos;
- Analisar aspectos das ações de ensino da EJA dos professores participantes da pesquisa, tais como: Desenvolvimento pleno do educando; qualificação para o trabalho; e o exercício da cidadania.
- Verificar, tomando por base os documentos analisados, a distância entre as orientações constantes na legislação nacional e a realidade na prática pedagógica da instituição de ensino estudada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de embasar o presente estudo, foram feitas leituras principalmente envolvendo as seguintes temáticas: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Público da EJA; Perfil dos Professores da EJA; EJA em Documentos Oficiais; e Economia Solidária e EJA. A seguir foram sintetizados os aspectos mais relevantes para análise e discussão dos mesmos.

2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Destinada a pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade própria (Art. 37, Lei 9.394/96), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma modalidade de ensino que de acordo com a lei visa atender esse público, assim como prepará-los para o mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. Anos atrás, esta modalidade de ensino se resumia em uma alfabetização como um processo compreendido em aprender a ler e escrever. A EJA ainda é vista como se fosse um ensino regular noturno, demonstrando um desconhecimento dos documentos legais que norteiam os cursos dessa modalidade de ensino. Os docentes, muitas vezes, não têm conhecimento desses documentos e trabalham com a EJA da mesma maneira que atuam no ensino regular.

A EJA vem ganhando ênfase no Brasil, em decorrência das mudanças sociais e nos processos de trabalho. Nas últimas décadas muito tem se discutido sobre essa modalidade de ensino que tem apresentado, ao menos na teoria, práticas educativas e objetivas que visam preparar seus alunos, a fim de dar significado às suas vidas e ao que se aprende. Não é apenas um retorno à escola, e sim uma oportunidade de aprendizado dos que voltam para sala em busca de conhecimento, que pode ser levado para sua vida e para o mercado de trabalho.

Essa modalidade de ensino surge como uma alternativa de transformação social para aqueles grupos excluídos e que vivem à margem da sociedade, mas diante de um público que vem sofrendo a falta de uma boa educação há anos, os avanços e melhorias dessa modalidade são considerados mínimos para seu real fortalecimento e desenvolvimento.

Vista pela sociedade, inclusive pelos governantes como uma educação pouco valorizada, a EJA vem ocupando uma posição baixa na educação brasileira, tendo em vista que se tratando de educação são tidas como prioridades a educação de crianças e adolescentes, e a falta de políticas públicas voltadas na melhoria da EJA faz com que essa modalidade fique cada vez mais fragilizada. Não é de hoje que a EJA se apresenta nestas condições uma vez que desde o final de 1999 já alertava para esta situação, quando se mostrava que a falta de políticas públicas e ações para a melhoria dessa modalidade impedia de maneira geral que os docentes e alfabetizadores se apropriassem de um ideal pedagógico (MOURA, 1999).

2.2 PÚBLICO DA EJA

É importante que se pense na prática pedagógica e compreenda o quanto é complexo o ensino dessa modalidade, como também os diferentes sujeitos que dela fazem parte, para entendermos o papel que a EJA tem na formação do cidadão e sua inserção no mercado de trabalho.

Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. São homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos. (Brasil 2006, p.7.)

O professor que se propõe a trabalhar com o ensino da EJA deve refletir sua prática, buscando sempre se ajustar aos alunos que na maioria das vezes são adultos que buscam, na escola, um lugar para satisfazer seus desejos particulares e se situar numa sociedade capitalista que busca mão de obra qualificada.

Mesmo com os avanços, ainda hoje pensa-se na EJA como uma educação limitada apenas na alfabetização, algo mecânico da leitura e escrita, sem levar em conta que os estudantes inseridos nessa modalidade, já vêm com uma bagagem de conhecimentos adquiridos no seu cotidiano, aprendido ao longo da vida.

Nas cidades, as escolas para jovens e adultos recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamento completamente variados. (BRASIL 2006, p.7).

São sujeitos que, mesmo trabalhando, buscam um saber vinculado ao mundo do trabalho formal, e que veem na EJA uma oportunidade de se qualificar para que possa atuar de forma igualitária na sociedade capitalista que vivemos. Neste sentido, segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), por meio da coleção *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos*, expressa que:

(...) são pessoas que vivem no mundo do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais formados a partir da experiência, do ambiente e da realidade cultural em que estão inseridos. (BRASIL 2006, p.7.)

Segundo esse mesmo documento esse sujeitos se mostram ativos, curiosos e exploradores, abertos a novos conhecimentos.

Com a transformação da economia e com o mercado de trabalho procurando mais mão de obra qualificada, essas transformações exigiram cada vez mais acesso a novos saberes e competências de educandos que buscam se tornar cidadãos qualificados.

2.3 PERFIL DOS PROFESSORES DA EJA

Sem uma formação específica e tendo que enfrentar uma modalidade que tem muitas carências, os professores da EJA são vistos como heróis. Trabalhando com um aluno numa condição de exclusão precisa-se muitas vezes usar de toda sua criatividade para ensinar a esse público que é tão diferenciado. (Friedrich; Benite; Benite; Pereira; 2010, p.392).

Os professores que se dispõem a “ensinagem” (PIMENTA, ANASTASIOU, 2002) de jovens e adultos, em sua maior parte não têm a formação apropriada para tal função. É uma tarefa complexa que exige competências, saberes e, acima de tudo, compromisso de profissionais preparados para enfrentar esse desafio.

Refletir a formação do docente da EJA, requer uma análise cuidadosa da prática pedagógica e da formação inicial e continuada desses professores, especialmente se levarmos em consideração as subjetividades das pessoas. (MOURA, 2009)

Sem uma qualificação para o ensino desta modalidade os docentes fazem uso de metodologias que não têm qualquer significado principalmente para os alunos trabalhadores, fazem uso de técnicas de reprodução do seu processo de escolarização para determinar sua metodologia de trabalho nas salas da EJA não levando em conta o contexto e a historicidade de cada um.

Tendo em vista sua formação acadêmica bastante deficiente, ocorre o professor o risco de, nessa prática, torna-se razoavelmente capaz de exercer o magistério de forma honesta e interessada, porém, desempenhando o papel de reproduzidor do sistema social vigente. (CRUZ 1999).

Destaca-se na LDB, em seu Art 37, parágrafo 1º em se tratando da EJA que os sistemas de ensino deverão assegurar "(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho (...)". Entretanto, como podemos exigir dos professores que garantam tais práticas se a eles não é dada uma formação adequada pra essa modalidade de ensino?

A formação dos docentes em qualquer nível ou modalidade deve considerar como meta o desporto no art. 22 da LDB. Estipula que

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores.

A formação dos profissionais atuante na EJA devem atender aos diferentes objetivos e as diferentes características dos educandos. (LDB Art. 61), Esse profissional deve está preparado para interagir com esse público de estudante estabelecendo o exercício do diálogo, onde muitos desse jovens e adultos se encontram, por vezes, em faixas etárias próximas às dos docentes. É importante que os docentes se preparem e se qualifiquem para a constituição de projetos pedagógicos que considerem modelos apropriados a essas características e expectativas. (PARECER 11/2000 p.57.).

Cabe aos Sistemas de Ensino fornecer os recursos cabíveis para que esta modalidade possa ter o suporte necessário para que o aluno, o professor e a escola possam ter um ensino de qualidade e um desenvolvimento adequado as práticas educativas. E isto inclui uma prática pedagógica, pautada

no diálogo entre todos os segmentos da comunidade escolar e que privilegie principalmente a resolução de problemas e deficiências da localidade.

Na maioria das vezes o trabalho é abordado como tema transversal, mas cabe aos docentes dar sua devida importância na educação desses estudantes, pois essa temática têm bastante significado na vida dos alunos da EJA, principalmente aqueles que já estão no ensino médio e já são trabalhadores, pois buscam uma melhor qualidade de vida advinda de uma qualificação profissional.

Considerando que a maioria dos estudantes são trabalhadores em busca de um direito que, por qualquer motivo, lhes foi tirados, nota-se que a estrutura dos conteúdos programáticos continua sendo a mesma do período que os desistentes abandonaram a escola.

Sendo assim é importante que o professor faça uma reflexão sobre o que ensinar, pensando sua prática como um todo. É interessante resgatar no aluno suas histórias de vida, levando em consideração o saber cotidiano, valorizando o conhecimento trazido pelo aluno, fazer da sua prática um ensino para o exercício da cidadania desse aluno e que ele leve os novos conhecimentos adquiridos para sua vida pessoal e social.

2.4 EJA EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Igualmente a qualquer outra modalidade ou etapa da educação nacional, a Educação de Jovens e Adultos precisa, e deve seguir, um conjunto de documentos que dão direção às suas ações. Garantida pela Constituição de 1988, Todos os cidadãos brasileiros têm o seu direito ao Ensino Básico. Essa garantia inclui, ainda, aqueles que não tiveram oportunidade na idade apropriada. Neste sentido, torna-se dever do Estado a promoção de uma modalidade de ensino destinada a Jovens e Adultos. Assim sendo, os documentos regimentais para a educação básica nacional trazem consigo a inclusão de orientações voltadas para a Educação de Jovens e Adultos. Dentre estas orientações, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho apresenta-se, talvez, como um dos pontos mais importantes postos à discussão.

Segundo a Constituição de 1988, em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Da mesma forma, fundamentada nestes mesmos princípios, a LDB – Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz em seu Art. 2º que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, retomando as finalidades postas pela Constituição, a LDB reforça os fins que norteiam a educação nacional.

Nesta perspectiva, segundo BARBOSA (2001), o Estado, em oposição às suas próprias incumbências quanto ao preparo do educando, "(...) oferece uma rede escolar precária, limitada em sua eficiência pelas péssimas condições materiais e pelo avitalamento salarial dos professores." (p. 17)

A LDB, traz ainda, em seu art. 37, § 1º, que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A EJA conta ainda com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e que trazem consigo referências para as iniciativas do processos formativos desta modalidade de ensino. Segundo essa Resolução, a Educação de Jovens e Adultos deverá considerar os perfis dos estudantes, suas situações e faixas etárias.

As diretrizes curriculares nacionais para a EJA constituem um instrumento valioso para os profissionais envolvidos com essa modalidade de ensino, pois nelas são destacadas as funções atribuídas à EJA, funções estas que devem integrar as discussões em torno da proposta pedagógica da escola.

Criada pela necessidade de se estabelecer um ensino voltado para jovens e adultos que não tiveram acesso ao estudo no ensino fundamental e médio na idade própria, a Resolução CNE/CEB n° 1, de 5 de julho de 2000, em seu Art. 2° a EJA é apresentada como uma modalidade da Educação Básica, estendendo-se também aos supletivos.

A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo esta Resolução, essa modalidade de ensino deve considerar as especificidades de cada educando reconhecendo e valorizando seu conhecimento prévio, como também propor uma prática pedagógica apropriada que assegurem aos estudantes uma formação que não seja diferenciada dos alunos do ensino regular.

O Parecer n.º 11, de 10 de maio de 2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a EJA possui três funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. A função reparadora é a restauração do direito de todos a uma educação e a uma escola de qualidade. Reconhecendo os grupos sociais que não tiveram, historicamente, acesso à educação escolar, o parecer destaca as consequências materiais e simbólicas advindas da negação deste direito fundamental e também o quanto o acesso ao saber transmitido na escola é importante para ajudar a minimizar as consequências das desigualdades sociais.

Na função equalizadora os indivíduos que tiveram sua trajetória escolar interrompida têm garantido o direito de retorno e permanência na escola que lhes possibilite desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra escolar e na própria vida, nesse sentido a EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados.(PARECER CNE/CNB 11/2000 p.9.).

A função qualificadora constitui o próprio sentido da EJA e permanecerá quando a democratização da educação acontecer e as outras funções acima citadas não forem mais necessárias.

Outra questão abordada nas diretrizes se refere ao trabalho, pois a maioria dos estudantes da EJA procuram essa modalidade de ensino afim de inserir-se no mercado de trabalho ou mesmo buscar uma qualificação profissional que melhore suas condições de vida. Sendo assim deve-se pensar em uma proposta pedagógica voltado pra esses jovens e adultos que valorize seu conhecimento de vida, como também, de como ter uma formação que busque desenvolver a cidadania desses educandos, a formação do para o trabalho garantindo a sim todos as diretrizes que regulamentam e Educação de Jovens e Adultos.

2.5 ECONOMIA SOLIDÁRIA e EJA

A educação está ontologicamente ligada ao processo de Trabalho, pois é uma prática social relacionada às formas pelas quais o homem produz e reproduz a própria existência na história. (RODRIGUES, 2011)

O mundo do trabalho compõe um tema importante para a reflexão escolar, sobretudo quando de se trata da Educação de Jovens e Adultos.

Em virtude do perfil dos estudante da EJA, no que se refere principalmente a sua faixa etária e sua condição socioeconômica, em geral, tal modalidade apresenta um público que ou já estão inseridos no mundo do trabalho ou almejam entrar como uma meta de curto prazo (Méndez, 2013)

Completando este raciocínio, Méndez (2013, p.52) traz ainda:

A Educação de Jovens e Adultos oportuniza, talvez mais do que outras modalidades de ensino, a inserção do trabalho como um tema gerador

Contudo, segundo Rodrigues (2011)

Existe uma distância separando as necessidades educativas dos jovens e adultos das camadas populares, as condições que dispõem para desenvolver seus processos de aprendizagem e o ensino que lhes é oferecido.

Para isso, ainda segundo Rodrigues (2011):

A economia solidária, com seus valores e princípios, se apresenta como uma alternativa viável tanto social/econômica quanto educativa,

por tratar de temas numa perspectiva de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente

A Economia Solidária (ECOSOL) vem como um tema novo, que poucos conhecem, muitas denominações são usadas para representar a economia solidária, como: “cooperativas, economia informal, economia popular” mas todas se referem a iniciativas de base comunitária popular.

A ECOSOL acontece quando grupos de artesões, catadores de lixo, agricultores familiares, dentre outros grupos, tendem a se associarem de forma igualitária onde todos são iguais e tem o mesmo direito. Na economia solidária não existe lucro e sim sobras. Uma das bases teóricas mais importantes é a compreensão de que os trabalhadores têm prioridades sobre os lucros e, a partir desta lógica, de que as relações sociais são pautadas pelo respeito, coletividade, solidariedade e democracia. Todos devem colaborar uns com os outros, pois: “O bom desempenho e o bem estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos” (CAMP, p. 09). Dessa forma, os lucros que são denominados de sobras destinam-se a todos sendo esse fator a negação da “[...] possibilidade de haver uma classe que viva apenas de rendimentos de seu capital, sem tomar parte do trabalho” (SINGER, 2005, p. 14). O cooperativismo e a educação são decorrentes da prática social, da cultura humana, de necessidades humanas, “[...] por isso, o cooperativismo pode oferecer elementos importantes para a educação, se considerarmos a cooperação como a base da sociabilidade” (ANDRIOLI, 2001, p. 36). A educação pode contribuir muito para este processo quando valoriza relações sociais mais humanas e compreende que a vida, os saberes populares, a cidade, podem tornar-se escolas do trabalho. E é exatamente aí que surge a possibilidade de aliar estes conhecimentos do mundo do trabalho e da vida com o processo educacional, neste caso, com a modalidade de educação de jovens e adultos.

“A economia solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo e retomar a questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante” (Singer, 2005). Busca diminuir a atuação do capitalismo em diversos âmbitos. A economia solidária se apresenta como inovadora alternativa de geração de trabalho, renda e uma resposta a favor da inclusão social, surge com o novo modelo de vender, produzir, comprar e trocar

o que é necessário pra se viver com o intuito de proporcionar uma vida melhor e menos desigual para as pessoas reféns do capitalismo.

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna (KRUPPA, 2005).

A situação do trabalhador dentro da economia solidária é diferente de uma empresa capitalista, a economia solidária destaca que a prática da solidariedade no campo econômico assegura que todos os participantes dessa economia em cooperação ganhem juntos. Essa economia baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão.

Quando da formação de um novo grupo em Economia Solidária, a metodologia que se usa pretende vincular o pensar ao fazer.

A população do campo e da cidade vem cada vez mais buscando formas alternativas de enfrentar a crise no mundo do trabalho. Formas coletivas de organização deveriam ser tomadas como centros construtivos da proposta educacional para que o conhecimento escolar pudesse consolidar outras formas de relação entre educação e trabalho, apontado para a construção de alternativas ao desenvolvimento econômico e social desses grupos. A economia solidária é uma ótima oportunidade de se trabalhar a educação pela vivência, unindo a experiência de vida de trabalhadores estudantes a novas práticas pedagógicas, trabalhando o cooperativismo, solidariedade e a autogestão, propondo conteúdos e práticas educativas que contribuam para inserir uma forma de pensar o mundo do trabalho e a lógica da produção econômica, voltadas para a inclusão de todos os seres humanos. Assim sendo, os conteúdos dirigidos a jovens e adultos, poderiam desencadear novas propostas educativas.

A economia solidária não vem só como uma possibilidade de gerar emprego e renda, mais sim representar uma oportunidade de desenvolver um prática pedagógica formada de uma sociedade mais justa e solidária.

A ECOSOL tem o propósito de desenvolver formas alternativas de geração de renda pra jovens, ligando a educação e o trabalho.

Desta forma, acredita-se que seria importante a reformulação da prática pedagógica para a EJA, o qual deva ter como objetivo primordial não

somente o desenvolvimento das habilidades do aluno. Mas também, a sua capacidade de pensar, de modo a formar cidadãos críticos, conscientes e ativos na sociedade.

Assim, uma boa prática pedagógica para a EJA deve, portanto, atender adequadamente o seu público considerando as diferenças entre os estudantes da escola, de forma inovadora e adaptável, com conteúdos que abordem o cotidiano do alunado e não trate apenas das disciplinas como um depósito de conhecimentos, sem considerar a realidade dos envolvidos.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação foi desenvolvida por meio de uma pesquisa qualitativa de nível descritivo, a partir da apreciação de questionários destinados à professores da Educação de Jovens e Adultos aplicados em uma escola pública estadual no município de Cuité-PB.

A dimensão descritiva desta pesquisa justifica-se por sua descrição de abordagens presentes nos documentos analisados. Neste tipo de pesquisa, questões são selecionadas no intuito de reunir informações sobre cada uma, descrevendo o que se investiga (SAMPIERI, COLLADO & LÚCIO, 2006).

3.2 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, para a delimitação do universo e amostragem, foi considerado o número total de professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos da escola onde se procedeu esta investigação, ficando assim estabelecido um universo composto de vinte e cinco professores.

Demarcado o universo, a etapa seguinte destinou-se à seleção de uma amostra, constituída sob a ótica da regra da representatividade. Fundamentada na lógica de que a amostra deve ser selecionada atentando para critérios que a tornem capaz de representar o universo, esta é uma das principais regras a serem consideradas para a composição dos documentos que serão submetidos aos procedimentos analíticos (BARDIN, 2011).

Por se tratar de um universo homogêneo, composto por professores da mesma escola e atuantes na mesma modalidade de ensino, como critério de seleção amostral, foi levado em consideração a disponibilidade dos professores que colaboraram com o desenvolvimento do presente trabalho, embora nem todos estes, que se dispuseram a colaborar, tenham devolvido os questionários em tempo hábil para dar seguimento ao desenvolvimento desta pesquisa, o que acabou influenciando a composição da amostra.

Assim sendo, embora tenham sido distribuídos vinte questionários, a amostra ficou constituída de dez professores ou dez documentos.

3.3 ÁREA DE ESTUDO

Todas informações expostas neste tópico foram retiradas do Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Orlando Venâncio dos Santos, onde se desenvolve esta pesquisa.

A referida escola está localizada no município de Cuité, na região do Curimataú, estado da Paraíba. Foi fundada em 1970 pelo então governador João Agripino Filho, sob a Lei 5.125 de 09 de outubro de 1970 e publicada no Diário Oficial da Paraíba no dia 13 de outubro do mesmo ano.

A referida escola surgiu da necessidade em atender uma crescente demanda populacional urbana que, até o momento, contava apenas com uma escola pública de 1ª à 4ª série. Suas atividades foram iniciadas em março de 1971, oferecendo as quatro séries do antigo ginásio. Em 1977, o ensino de segundo grau passou a ser, também, ofertado. Juntamente com a oferta exclusiva para o Ensino Médio e o Ensino Médio Inovador, a Educação de Jovens e Adultos passou a ser oferecida no ano de 2012 a partir de uma reordenação da instituição de ensino.

Atualmente, a escola possui três pavilhões, distribuídos em uma área territorial de 7.105m². O prédio dispõe de salas para professores, secretaria, direção e coordenação pedagógica, laboratório digital para professores, laboratório de informática para alunos, laboratório de ciência, matemática, química e física, sala de multimídia, biblioteca, almoxarifados, cozinha, refeitório, pátio amplo, 12 salas de aula incluindo sala para educação especial e 16 banheiros masculinos e femininos para professores e alunos incluindo as pessoas com necessidades especiais.

Esta escola possui como objetivo a formação de alunos autônomos, com valores que lhes permitam prosseguir os estudos, atuando de forma ativa na vida social e cultural, respeitando os direitos fundamentais do ser humano além dos princípios da consciência fraterna e democrática.

3.4 ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o desenvolvimento da presente metodologia, seguiram-se as fases abaixo, baseadas nas etapas para a análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin (2011), ficando os procedimentos analíticos organizados em torno de cinco fases:

1ª Fase – A pré-análise. Corresponde, de fato, a fase de organização, objetivando a sistematização das primeiras ideias, fazendo uso de procedimentos como: a seleção dos documentos a serem analisados e leitura flutuante para se aproximar dos documentos e se familiarizar com o texto;

2ª Fase – A exploração do material ou codificação. Trata-se da transcrição dos dados e agrupamento em unidades de registro (fichamento).

3ª Fase – É a fase para a elaboração dos temas para a análise;

4ª Fase – Elaboração e aplicação do questionário;

5ª Fase – Tratamento dos resultados obtidos e interpretação. É destinada a interpretação dos resultados para posterior análise e discussão.

A fim de proceder a presente metodologia, tendo em vista o alcance do objetivo geral desta pesquisa, analisar a distância existente entre os ideais para a Educação de Jovens e Adultos, contidos na legislação nacional para essa modalidade de ensino e a realidade constatada na área de estudo, para as fases 2 (exploração do material) e 3 (elaboração dos temas para análise), foram consideradas, as orientações e determinações dirigidas à Educação de Jovens e Adultos, constantes na Resolução CNE/CEB Nº1 DE 5 DE JULHO DE 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; no Parecer CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, bem como as orientações e determinações que de forma indireta alcança esta modalidade de ensino, constantes na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Constituição Federal de 1988, como parte do conjunto de documentos que compõem a legislação para a Educação Básica Nacional.

Assim, o questionário, utilizado nesta pesquisa para o fornecimentos das informações necessárias ao seu progresso, foi organizado com base nos seguintes temas:

1. Exercício da cidadania;
2. Identidade pessoal do aluno;
3. Qualificação para o trabalho;
4. Formação plena do aluno.

Em seguida, tomando por base os temas formulados, se deu a elaboração dos questionários e, logo após, sua aplicação junto aos professores participantes desta pesquisa. Posteriormente, para a 5ª e última fase, foram considerados, além da legislação já mencionada, os resultados dos referidos questionários, de forma que fosse possível tecer um comparativo entre as finalidades da Educação de Jovens e Adultos, sob a ótica da legislação nacional para a educação básica e a realidade apresentada no ensino da EJA da escola pesquisada, por meio dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de informações, por meio da entrega e recebimento dos questionários para a análise, foi realizada no período correspondente à segunda quinzena do mês de abril de 2017.

O questionário utilizado foi composto de sete questões, sendo as quatro primeiras planejadas para respostas predominantemente pontuais, resumidas em sim ou não que, inicialmente, buscou traçar um perfil dos profissionais que compõem a amostragem desta investigação no intuito de favorecer uma possível relação deste perfil com os resultados dos temas analisados nas questões subsequentes.

Para isso, aos professores participantes, foram encaminhados os seguintes questionamentos:

- **Questão 1** – Por que escolheu trabalhar com a EJA?
- **Questão 2** – Teve acesso a algum tipo de formação para o ensino da EJA durante sua graduação ou mesmo em outra forma de qualificação profissional?
- **Questão 3** – Trabalha ou trabalhou com o ensino regular? Na sua visão, existe diferença entre esta modalidade de ensino e o ensino da EJA? Por quê?
- **Questão 4** – De que forma planeja suas aulas? Costuma utilizar as orientações contidas na legislação para a Educação Básica, especialmente as orientações específicas da EJA?
- **Questão 5** – É sabido que a EJA possui um público bastante diversificado. Cada aluno traz consigo uma carga própria de conhecimentos oriundos de sua condição de vida. Neste sentido, você acha que ao professor é dada condições para lidar com as distintas identidades de cada aluno?
- **Questão 6** – De acordo com a Constituição Federal de 1988, “toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Considerando que a EJA se

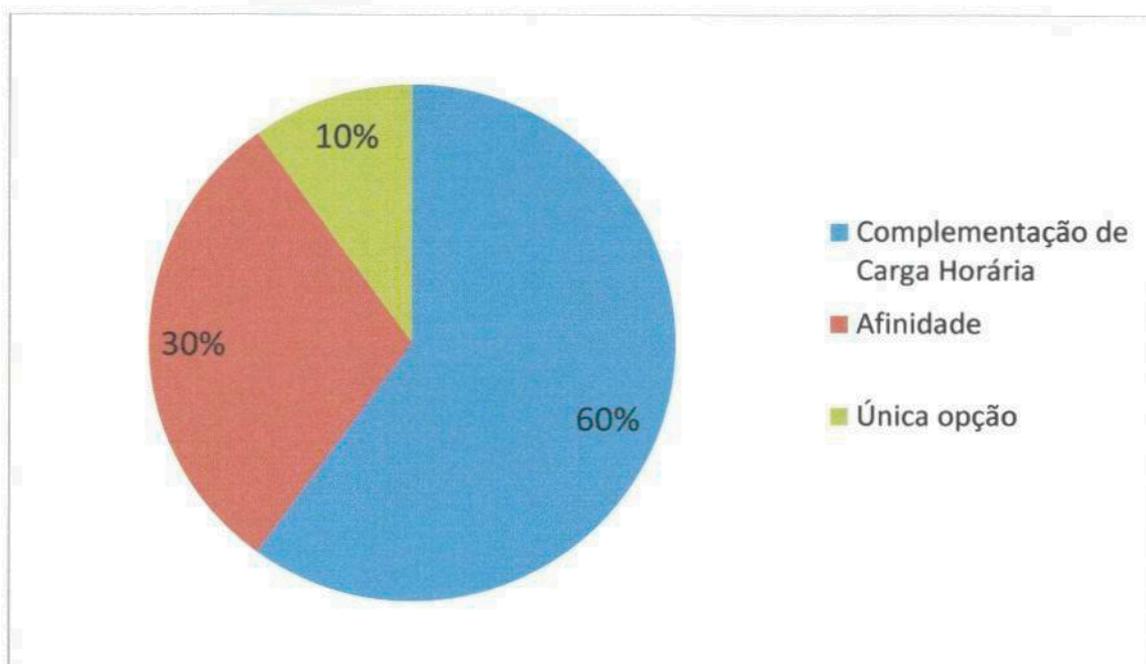
enquadra nos princípios da educação básica nacional, em sua opinião, os objetivos citados acima são considerados no desenvolvimento de suas ações de ensino? Justifique.

- **Questão 7** – Tem conhecimento sobre Economia Solidária? Se sim, este tema é abordado em sala de aula? De que forma?

É importante ressaltar que todos estes professores possuem formação em nível superior para a sua área de atuação considerando a exceção de um que leciona disciplina diferente de sua habilitação.

A figura 1 apresenta a primeira questão, elaborada com o intuito de identificar qual a relação do professor participante com o ensino da EJA.

Figura 1: Por que escolheu trabalhar com a EJA?



Fonte: Elaborado pela autora

A presente questão mostrou que dos dez professores participantes, trinta por cento ou três professores, disseram ter optado por atuar nessa modalidade de ensino basicamente por enxergarem uma compatibilidade entre seu estilo profissional e o público predominante da EJA. No geral, para estes

profissionais existe uma estreita e positiva relação entre sua vontade de ensinar e a vontade de aprender encontrada na maior parte deste público, uma vez que o interesse pelos estudos geralmente percebido em seus alunos é mencionado na maior parte das vezes, de acordo com algumas declarações como as apresentadas a seguir:

*“Devido a aprendizagem e troca de experiência entre adultos.”
(Professor de geografia)*

*“Por se tratar de ser um grupo geralmente interessado em aprender.”
(Professor de inglês)*

“Por se tratar de um público mais maduro e por levarem mais a sério os estudos.” (Professor de história)

Embora tenha se identificado com o ensino da EJA, um dos participantes, relatou que atua nesta modalidade apenas por ter aproveitado a oportunidade de trabalho oferecida, não tendo sido, necessariamente, uma escolha.

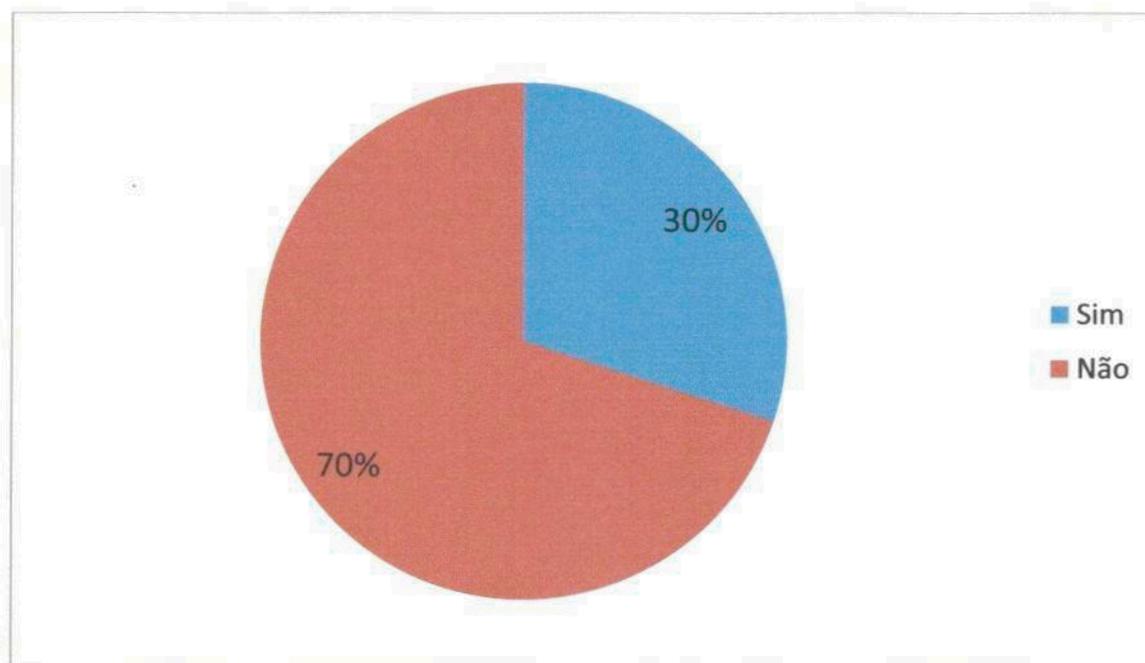
Entretanto, é na complementação de carga horária, porém, que está, de fato, o motivo que resume as respostas para esta questão.

Ocorre que a maioria dos professores, alvos desta pesquisa, 60%, atuam no ensino regular da instituição pesquisada e que muitas vezes para complementar a carga horária exigida, precisam atuar, também, na Educação de Jovens e Adultos.

A figura abaixo, referente à 2ª questão, foi elaborada com a intenção de identificar a qualificação do docente para o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos.

Neste aspecto, segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000, além das exigências para a formação de todo e qualquer docente, o preparo de um professor para o ensino da EJA deve compreender exigências específicas relativas à complexidade peculiar desta modalidade.

Figura 2: Teve acesso a algum tipo de formação para o ensino da EJA durante sua graduação ou mesmo em outra forma de qualificação profissional?



Fonte: Elaborado pela autora

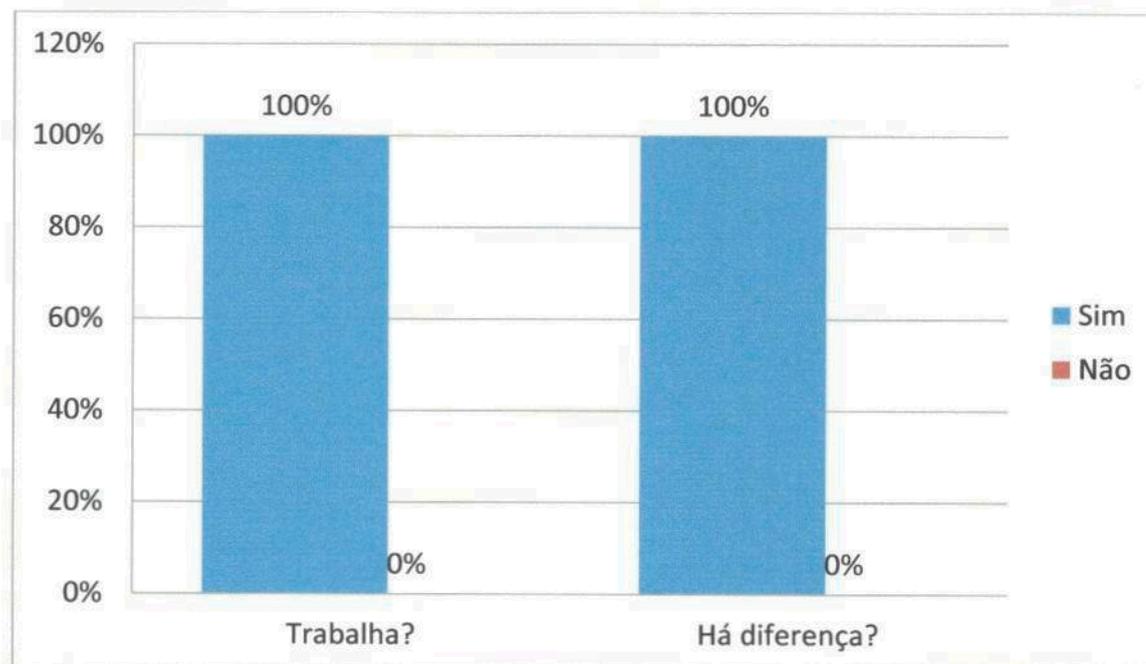
Apesar de todos os professores apresentarem formação específicas para as suas áreas de atuação, os resultados desta questão, expressados no gráfico acima, mostrou que sete destes professores, 70%, não tiveram acesso a uma formação própria para a atuação na EJA. Dos trinta por cento restantes, apenas um afirmou ter tido acesso a este tipo de conhecimento durante a graduação. Os demais, dois professores, disseram estar cursando especialização na área.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, as orientações destinadas a educação básica nacional, se estendem, também, ao ensino da EJA.

Neste sentido, desconsiderando o perfil peculiar desta modalidade de ensino, a EJA deve ser desenvolvida visando as mesmas finalidades de toda a educação básica.

Assim, a figura 3, apresentada abaixo, referente a 3ª questão, foi formulada com o propósito de conhecer se na escola pesquisada existe distinção entre as modalidades da EJA e do ensino regular.

Figura 3: Trabalhou ou trabalha com o ensino regular? Em sua opinião, no tocante às suas atividades como professor, existe diferença entre esta modalidade de ensino e o ensino da EJA? Por quê?



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico mostra que todos os professores atuam nas duas modalidades e que todos eles dizem haver diferença entre ambas. Entretanto não é possível visualizar as quais diferenças se referem estes professores. Contudo, a leitura de algumas respostas, como as apresentadas a seguir, revela alguns entraves que possivelmente dificultam uma aproximação entre as finalidades da EJA e as finalidades do ensino regular na instituição pesquisada:

*“Existe, devido a faixa etária e o fato da maioria dos alunos do EJA trabalharem e não poderem realizar muitas atividades em casa.”
(Professor de geografia)*

“Sim, a diferença é que no EJA grande parte trabalha e tem família, muitas vezes não tem tempo suficiente para estudar.” (Professor de história)

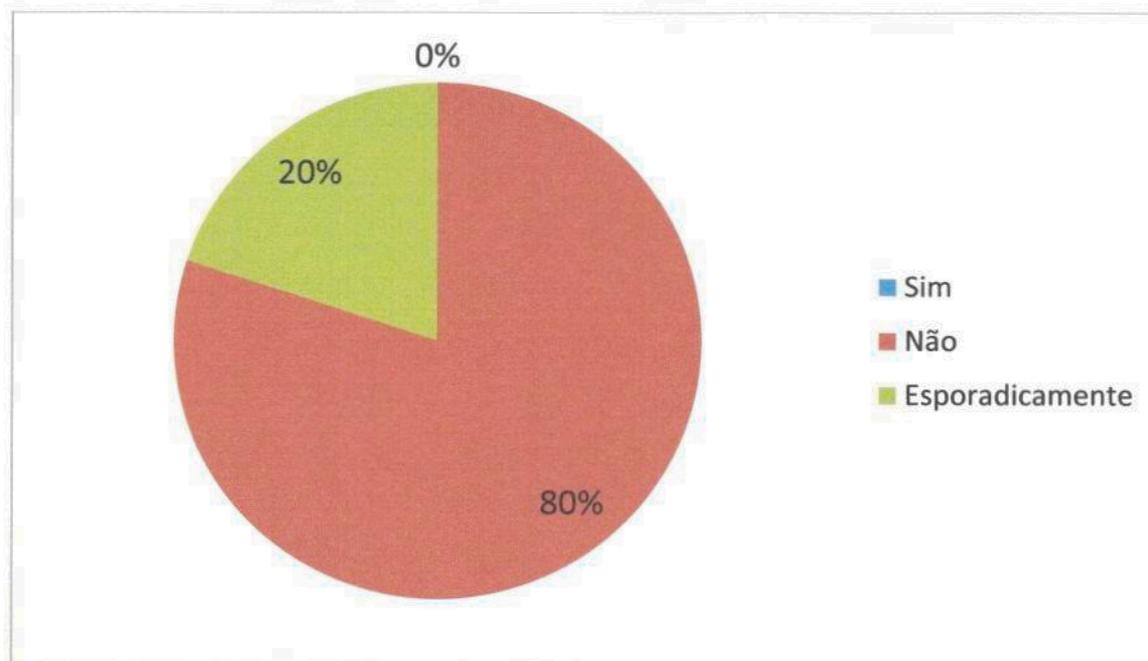
“Sim, trabalho. E a diferença se encontra em sintetizar o máximo possível, no caso do EJA.” (Professor de inglês)

Neste sentido, foram identificadas várias dificuldades, apontadas pelos professores, porém o horário reduzido das aulas na EJA foi o fato mais mencionado entre as respostas. Esta condição talvez possa dificultar o desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala de aula tornando os níveis do ensino, de cada uma destas modalidades, distantes um do outro, fato que possivelmente pesará de forma negativa nos esforços para o alcance das finalidades propostas para o ensino da EJA na escola.

Como já mencionado, o presente trabalho tem o intuito de conhecer o nível de aproximação entre a realidade no desenvolvimento do ensino da EJA na escola estudada e as orientações e determinações que visam o alcance de objetivos próprios do ensino básico, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, presentes nos princípios regimentais para esta etapa da educação nacional. Buscar estes objetivos ao longo do processo educacional exige, obviamente, seu conhecimento por parte, principalmente, dos professores. Tais finalidades, incluindo as orientações e estratégias necessárias ao seu alcance, estão expressas nos documentos que norteiam a EJA no Brasil.

Neste sentido, a questão, apresentada na figura 4, foi elaborada com a intenção de identificar se os professores, alvo desta pesquisa, têm o conhecimento dos princípios que norteiam a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como se as utilizam no exercício de sua função.

Figura 4: De que forma costuma planejar suas aulas? Costuma utilizar as orientações contidas na Legislação para a Educação Básica, especialmente as orientações específicas da EJA?



Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se que a questão acima é composta de duas perguntas. Entretanto, o gráfico anterior não contempla os resultados para a primeira delas “De que forma costuma planejar suas aulas?”. Esta primeira parte da questão apresenta-se como um complemento da segunda, tendo a intenção de coletar uma justificativa para a questão como um todo. Dessa forma, foi revelado que os professores questionados planejam suas aulas de forma predominantemente autônoma, com pouca ou sem observação às orientações previstas na legislação nacional para a educação. De acordo com os questionários analisados, a capacidade de aprendizado dos alunos foi o fato mais relevante à ser considerado no planejamento das aulas, embora tenham apresentado resultados variados como mostra algumas das respostas a seguir:

“Planejo as aulas segundo a capacidade de fixação dos alunos; Não.” (Professor de História)

“São planejadas pensando na realidade dos alunos, da turma, não faço baseadas na legislação.” (Professor de biologia)

“Pesquisando na internet e nos livros. Nem sempre, mas busco orientações específicas do EJA.” (Professor de matemática)

Para o segundo questionamento “Costuma utilizar as orientações contidas na Legislação para a educação básica, especialmente as orientações específicas da EJA?”, os resultados se apresentaram como um reforço às respostas para a primeira pergunta. De acordo com o gráfico, nenhum dos participantes faz uso regularmente da legislação nacional para o planejamento das ações educacionais, uma vez que a quantidade de professores que responderam sim, quando questionados se utilizam a legislação no planejamento de suas aulas, foi correspondente a zero por cento. Além disto, oitenta por cento admitiu que não utilizam e apenas vinte por cento utilizam periodicamente.

É obvio que, como em qualquer outra modalidade de ensino, o sucesso da EJA está intimamente ligado à qualidade do ensino oferecida pelas instituições e, principalmente, pela competência de seus professores.

Entretanto, a EJA possui um público próprio, distinto de qualquer outra modalidade, tornando-a única, exigindo de seus professores perfil característico, condizente com sua função.

Deste modo, os resultados analisados até agora tratam-se de constatações importantes que possivelmente terão conexão com os demais resultados desta pesquisa.

- **Questão 5 – É sabido que a EJA possui um público bastante diversificado. Cada aluno traz consigo uma carga própria de conhecimentos oriundos de sua condição de vida. Neste sentido, você acha que ao professor é dada condições para lidar com as distintas identidades de cada aluno?**

Através de uma consulta à literatura específica da área, é possível perceber que um dos principais desafios no ensino da EJA é lidar com a diversidade de seu público. O próprio título, Educação de Jovens e Adultos, já anuncia o caráter desigual inerente à modalidade, no que respeita a faixa etária de seus alunos.

As diferentes idades, por si só, já podem ser consideradas um fator determinante para a origem da diversidade entre os perfis destes educandos, pois, conseqüentemente, estarão reunidos em um único público pessoas com distintas experiências de vida, acarretando distintas expectativas, o que contribui para a desigualdade peculiar encontrada principalmente nesta modalidade.

Esta heterogeneidade, segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000, deve ser encarada com cautela. De acordo com este documento, à EJA destinam-se adolescentes, jovens e adultos, com diferentes situações sociais, o que compreende suas culturas e valores, com suas vastas experiências de vida e de trabalho.

O parágrafo único do Art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de Julho de 2000, se referindo a EJA como modalidade da educação básica, tanto no ensino fundamental como médio, traz que a identidade própria da EJA deve considerar as diferentes idades dos estudantes, suas situações e seus perfis.

Neste sentido, uma vez que existe a orientação para um desenvolvimento do ensino que considere a identidade pessoal do aluno, suas múltiplas experiências de vida, seus perfis e faixa etária, torna-se interessante conhecer de que forma os professores da EJA se posicionam frente a, teoricamente, difícil tarefa de lidar com esta diversidade.

Buscando este conhecimento, os resultados para esta questão revelaram que, de fato, para estes profissionais, alvo desta pesquisa, tal dificuldade não existe apenas na teoria. Com a exceção de apenas um professor, todos sinalizaram para a falta de condições que os possibilitem lidar com um público tão diverso.

*“Não, principalmente pela grande quantidade de alunos por sala.”
(Professor de História)*

“Na realidade não. Independentemente que seja regular ou EJA, o professor faz o possível para lidar, pois são em média 35 – 40 alunos por turma.” (Professor de biologia)

“ Não. Falta capacitação voltada para o EJA.” (Professor de geografia)

Entre os comentários das justificativas houve o predomínio dos problemas de excesso de alunos por sala de aula além da falta de capacitação docente específica para EJA.

- **Questão 6 – De acordo com a Constituição Federal de 1988, “toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Considerando que a EJA se enquadra nos princípios da educação básica nacional, em sua opinião, os objetivos citados acima são considerados no desenvolvimento de suas ações de ensino? Justifique.**

O próprio trecho que contextualiza esta questão, retirado da Constituição Federal e reiterado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde nesta encontra-se que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, apresentam finalidades da educação nacional, dever do Estado e da família. Estas finalidades abrangem todos os educandos, sem limitações e, desta forma, a EJA como modalidade da educação básica participa dos mesmos princípios.

Retomando as situações já comentadas nos resultados das questões anteriores, é possível perceber indícios de grandes obstáculos na Educação de Jovens e Adultos que, inevitavelmente, dificultam o alcance dos mesmos resultados do ensino regular na escola pesquisada. Estes indícios surgem a partir dos comentários como: Horários reduzidos no ensino da EJA; redução do conteúdo; Número elevado de alunos por sala de aula; Faixa etária muito diversificada entre outros.

Todavia, tais obstáculos não impedem que os professores desenvolvam ou que ao menos tentem desenvolver suas atividades com base nos princípios da educação nacional, formulados na legislação. Tanto o é que praticamente 100% dos professores responderam que os objetivos mencionados na questão, propostos para a educação, são, sim, levados em conta.

Entretanto o que está em jogo é o êxito que se espera obter ao final da educação básica, no que se refere às suas finalidades constantes na legislação, em qualquer de suas modalidades e, neste caso, na EJA.

Neste momento torna-se interessante aqui remeter a resultados anteriores desta mesma pesquisa para lembrar que, embora a grande maioria dos professores afirma que considera as finalidades da educação, contidas na legislação, no desenvolvimento de suas aulas, de acordo com os resultados da questão 4, 100% destes professores afirmou que não costuma utilizar a legislação para o planejamento destas aulas e, ainda, que destes 100%, 80% nunca a utiliza.

Embora esta pesquisa apresente informações que gerem dúvidas quanto ao real engajamento destes professores com a formação do público da EJA visando o alcance dos objetivos propostos nos documentos norteadores para esta modalidade, o que se pode de fato afirmar é que mesmo com todos os entraves que possam dificultar o sucesso desta tarefa, suas ações de ensino estão sim sendo desenvolvidas com vistas ao pleno desenvolvimento do educando, sua qualificação para o mundo do trabalho e seu preparo para exercer a cidadania.

- **Questão 7 – Tem conhecimento sobre Economia Solidária? Se sim, este tema é abordado em sala de aula? De que forma?**

Com base no princípio da qualificação para o trabalho, de maneira geral, a EJA, talvez mais do que o ensino regular, carrega a preocupação em formar seus alunos de maneira que estes possam elevar suas expectativas no que toca à geração de renda.

Nesta perspectiva, a Economia Solidária – Ecosol, segundo GONÇALVES e SOBRINHO (2011), surge como:

(...) uma alternativa de geração de trabalho e renda que valoriza o homem e não o capital, além de estabelecer e fortalecer relações sociais fundadas na solidariedade, igualdade, cooperação, liberdade e democracia. (p.102-103)

Ante o exposto, a presente questão foi elaborada e encaminhada aos professores com o intuito de identificar a relação dos conhecimentos relativos à Ecosol com as ações de ensino da EJA na escola visitada.

Desta forma, os resultados revelaram que, dos dez professores questionados, apenas três têm conhecimento sobre o tema e que, destes três, apenas um costuma inserir estes conhecimentos em suas aulas.

“Tenho conhecimento sim, trabalho mais a parte de solidariedade, bem estar e consumo consciente.” (Professor de física)

Os demais professores responderam não ter conhecimento sobre o assunto.

Por mais que o tema Economia solidária não seja relativamente novo, ainda é desconhecido pela maior parte dos professores, alvo desta pesquisa. Neste sentido, considerando a ligação da EJA com o mundo do trabalho e sua relação com os princípios da igualdade, solidariedade, cidadania e do protagonismo dos trabalhadores na geração de renda, encontradas na Economia Solidária, surge a necessidade de se avaliar a necessidade da presença do tema no currículo da EJA, na escola pesquisada, levantando um ponto importante para uma possível nova investigação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange os princípios postos para a educação nacional, presentes na legislação, principalmente na Constituição Federal de 1988 e LDB de 1996, o que inclui o desenvolvimento pleno do educando, seu preparo para exercer a cidadania e para o mundo do trabalho, esta pesquisa, que teve como objetivo investigar se ações pedagógicas na escola são desenvolvidas visando o alcance dos objetivos propostos para a EJA, revelou que embora tais princípios sejam considerados no desenvolvimento das ações educacionais, existem muitas condições adversas que podem distanciar o sucesso esperado para esta modalidade no âmbito da educação básica.

Foi possível perceber que os profissionais, alvo desta investigação, em sua maioria, atuam na Educação de Jovens e Adultos mesmo sem uma formação apropriada que priorize as especificidades dessa modalidade, tendo ingressado nesta função, em geral, apenas para complementação de carga horária exigida pela instituição de ensino. Talvez esta condição se apresente como um fator relevante entre os motivos que levam a maioria destes docentes não expressarem a devida importância às orientações específicas para a EJA no desenvolvimento de suas ações educativas.

Da mesma forma, foi também possível notar que talvez a ausência de uma formação adequada, oferecida durante a graduação aos futuros professores para o exercício da função docente na EJA, ou mesmo a ausência de uma exigência mais rigorosa quanto a uma qualificação adequada daqueles profissionais que se destinam a atuação na Educação de Jovens e Adultos, seja mais uma barreira a ser superada para a melhoria do ensino nesta modalidade, o que torna interessante considerar a qualificação do professor da EJA como tema para a produção de uma nova investigação.

REFERÊNCIAS

AJALA, Michelle Cristina. **ALUNO EJA: motivos de abandono e retorno escolar na modalidade EJA e expectativas pós EJA em Santa Helena-PR.** Universidade Tecnológica Federal do Paraná Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade EJA. Medianeira 2011.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Trabalho Coletivo e Educação: um estudo das práticas cooperativas do Programa de Cooperativismo na Região da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.** Unijuí/RS: UNIJUÍ, 2001. P. 25-60.

BARBOSA, Gleides Conceição. **Cidadania, Educação e Escola.** Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior) – Universidade Cândido Mendes, 59f, Rio de Janeiro, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 2ª reimp. 1. ed. São Paulo, Edições 70, 2011.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Educação, Trabalho e Cidadania.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 14. pp 98-109 Janeiro de 2017.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 9 es. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CAMP. **Saiba Mais sobre Economia Solidária** . [Porto Alegre: CAMP, jul. 2006].

FREIRE, P. **A Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 31º ed. RJ: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** Petrópolis, Editora Vozes, 7ª edição, 2002.

FRIEDRICH, Márcia. BENITE, Anna M. Canavarro. BENITE, Claudio R. Machado. PEREIRA, Viviane Soares. **Trajatória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas** .Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GONÇALVES, Thais joana Tito; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. Economia Solidária: Um caminho para a geração de renda e inclusão social. In: Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, v. 3, n. 2, p.100-124, 2011. Disponível em http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2016/03/artigo_um_caminho_para_a_gera%C3%A7ao_de_renda_e_inclusao_social.pdf. Acesso em 27 abr. 2017.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho**. Caderno de EJA 1. Caxias do Sul, RS, Educ, 2013. Disponível em https://www.uces.br/site/midia/arquivos/CA_13_Mendes_2013_EJA_e_Trabalho.pdf. Acesso em 04 de Jun. 2017.

MOURA, T. M. de M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: INEP, 1999.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos: Realidade , desafios e perspectivas atuais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v.5, n.7, p.45-72, 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Tendências recentes dos estudos e das práticas curriculares. Alfabetização e Cidadania**. São Paulo, 2001.

PARECER CNE/CEB 11/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos **Ministerio da educação**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 de março de 2016.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 01 de Dezembro de 2016.

RESOLUÇÃO CEB Nº 2, DE 7 DE ABRIL DE 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 de março de 2017.

RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 26 DE JUNHO DE 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 de março de 2017.

RESOLUÇÃO CNE/CEB N 1, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 de março de 2016.

Revista Eletrônica Nova Escola. Disponível em: www.Revista.escola.Abril.com.br. Acesso em 01 de Dezembro de 2016.

RODRIGUES, Estela Fidelis. **Eja e Economia Solidária: um diálogo entre os princípios da ECOSOL e a prática da Educação Popular.** Disponível em <http://proec.ufabc.edu.br/ejaecosol/eja-e-economia-solidaria-um-dialogo-entre-os-principios-da-ecosol-e-a-pratica-da-educacao-popular/>. Acesso em 04 de Jun. 2017.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Inep, 2005.

SOUZA, Eneida Maria Abreu de. PURIFICAÇÃO, Marcia Souza da. **Motivação e Desempenho no Trabalho: Política de Valorização do Servidor Técnico-Administrativo.**Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.

VIVIAN, D. **A Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária.** Disponível em: www.anpae.org.br/congressos. Acesso em 20 de Abril de 2017.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
ESPECIALIZAÇÃO EM EJA COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA
CURRÍCULO E PROGRAMAS APLICADOS A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS
Público Alvo: Professores da EJA**

Formação: _____
 Área de Atuação: _____
 Tempo de Exercício: _____

QUESTIONÁRIO:

1. Por que escolheu trabalhar com a EJA?

2. Teve acesso a algum tipo de formação para o ensino da EJA durante sua graduação ou mesmo em outra forma de qualificação profissional?

3. Trabalhou ou trabalha com o ensino regular? Em sua opinião, no tocante às suas atividades como professor, existe diferença entre esta modalidade de ensino e o ensino da EJA? Por quê?

4. De que forma costuma planejar suas aulas? Costuma utilizar as orientações contidas na legislação para a Educação Básica, especialmente as orientações específicas da EJA?

5. É sabido que a EJA possui um público bastante diversificado. Cada aluno traz consigo uma carga própria de conhecimentos oriundos de sua condição de vida. Neste sentido, você acha que ao professor é dado condições para lidar com as distintas identidades de cada aluno?

6. De acordo com a Constituição Federal de 1988, “toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Considerando que a EJA se enquadra nos princípios da educação básica nacional, em sua opinião, os objetivos citados acima são considerados no desenvolvimento de suas ações de ensino? Justifique.

7. Tem conhecimento sobre Economia Solidária? Se sim, como você trabalha esse tema nas suas aulas?
